

PAULO LOPES



PAULO LOPES



CRÉDITOS

Lote 2 – Núcleo 2 – Município: PAULO LOPES

EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA

NÍVEL GERENCIAL

GERÊNCIA GERAL

Arquiteta e Urbanista Dra. Leticia Peret Antunes Hardt CREA-PR 6.193/D
Engenheiro Civil José Luiz Pinto Muniz CREA-PR 1.828/D

GERÊNCIA TÉCNICA

Arquiteta e Urbanista M. Sc. Patrícia Costa Pellizzaro CREA-PR 33.061/D
Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura CREA-PR 33.072/D

GERÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Arquiteto e Urbanista Esp. Marlos Hardt CREA-PR 74.601/D
Engenheiro Civil Jacinto Albini Salgado CREA-PR 3.517/D

GERÊNCIA OPERACIONAL

Engenheiro Florestal M. Sc. Valmir Augusto Detzel CREA-PR 17.516/D
Bacharel em Ciências Contábeis Rosana Lima da Silva CRC-PR 048.962/0-9/D

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO

Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato CREA-PR 81.326/D
Engenheira Civil Maria Emília Schuwarz Accioly CREA-PR 6.910/D

NÍVEL TÉCNICO

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Zulma das Graças Lucena Schussel..... CREA-PR 5.372/D

ASPECTOS REGIONAIS

Geógrafa Dra. Angela Cristina Orsi Bordonalli..... CREA-PR 22.693/D

ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

Arquiteta e Urbanista Esp. Graziella Brunetti CREA-PR 61.321/D

Arquiteto e Urbanista Diego Steffen Moraes..... CREA-SC 68.724-4

Biólogo M.Sc. Jonatha Alexandre Andrade Alves..... CRBio 34.850-03P

Bióloga Fernanda Ribeiro CRBio 63439-03P

Geóloga Ana Paula Gabriel Wosniak..... CREA-PR 30.050/D

Geóloga Camila de Vasconcelos Muller..... CREA-PR 79.467/D

Geólogo Lucas Micosz..... CREA-PR 84.830/D

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Engenheiro Civil André Labanowisk..... CREA-SC 5.730-2

Engenheiro Civil Esp. Edilson José Siqueira Junior..... CREA-PR 18.029/D

Geógrafa Elisa Bezerra Cabral..... CREA-SC 90881-1

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E INSTITUCIONAIS

Advogado Esp. Edilson Gonçalves Liberal..... OAB-PR 30.790

Bacharel em Ciências Contábeis Anderson José Amâncio CRC-PR 036.685/O-4

Economista M.Sc. Elisabete Tieme Arazaki..... CORECON 4.963-8

Economista Vera Lucia Robles Pedroso de Oliveira CORECON 6886

Geógrafa Elisa Bezerra Cabral..... CREA-SC 90881-1

Turismóloga M.Sc. Dr^{anda} Iomara Scandelari Lemos.....

ASPECTOS CARTOGRÁFICOS E DE GEOPROCESSAMENTO

Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato CREA-PR 81.326/D

Geógrafo Antonio Marcos Ferreira CREA-PR 54.706/D

NÍVEL DE APOIO TÉCNICO

CONSULTORIA TÉCNICA

Arquiteto e Urbanista Dr. Carlos Hardt..... CREA-PR 6.192/D

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Designer Carlon Hardt.....
Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato CREA-PR 81.326/D

ASSESSORIA

Arquiteta e Urbanista Andréia Jeane Liebl..... CREA-PR 111.546/D
Arquiteta e Urbanista Esp. Débora de Santis..... CREA-PR 24.105/D
Arquiteta e Urbanista Grasielle da Silva Pedroso..... CREA-PR 106.295/D
Arquiteta e Urbanista Nicole Mallmann CREA-PR 108.833/D
Arquiteta e Urbanista Patrícia do Carmo Rodrigues..... CREA-PR 108.180/D
Arquiteta e Urbanista Polyana Wehmuth Mazur..... CREA-PR 111.718/D

SECRETARIADO

Secretária Giseli Ferreira da Rocha

LEVANTAMENTOS DE CAMPO

Engenheiro Civil Adalberto Schen..... CREA-RS 8.209/D
Engenheiro Civil André Labanowisk CREA-SC 5.730-2
Engenheiro Civil Celito Manuel Brugnara..... CREA-RS 5.251/D
Engenheiro Florestal M.S.c Pyramon Accioly..... CREA-PR 76.493/D
Engenheira Florestal Michela Yamamura Bardelli da Silva CREA-PR 70.738/D
Médico Veterinário Cristiano Selbach da Silva..... CRMV-RS 10.155
Técnico em Informática Fabiano Augusto Prevedello

PRODUÇÃO GRÁFICA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Acadêmico de Administração Thiago Anderson Manoel da Rosa
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Ana Gisele Osaki.....
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Barbara Alpendre da Silva.....
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Barbara Cavallet
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Caetano de Freitas Medeiros
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Cátia Carachinski
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Daiane Filippi
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Fabio Gonzalez Francio
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Gabriel Ruiz de Oliveira.....
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Guilherme Ribeiro Carvalho

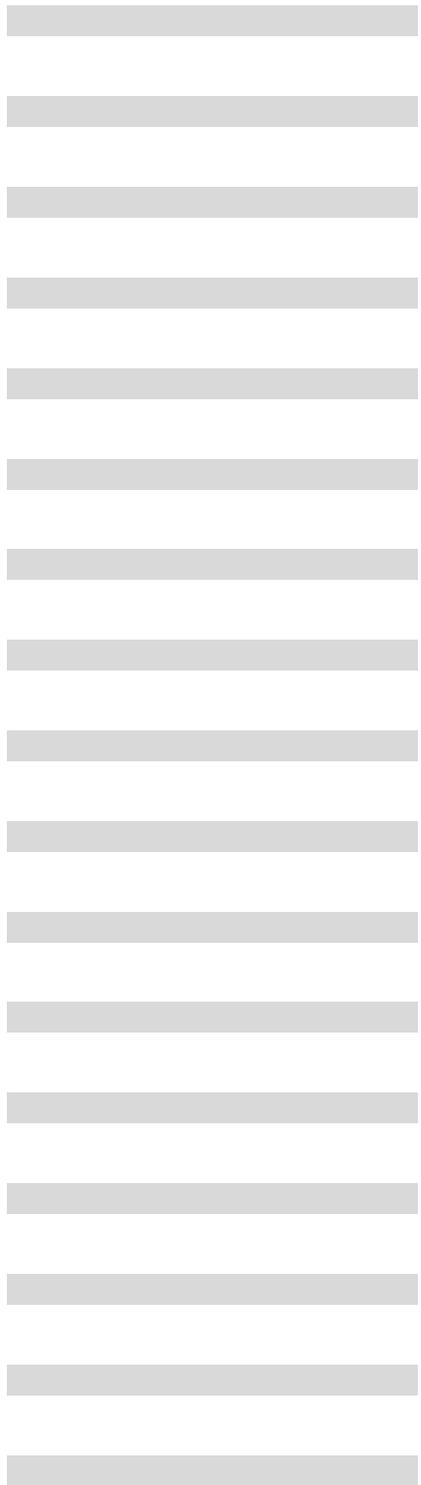
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Gustavo Ramos Ficker Assis
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Jamile Salim
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Lauana Cicheleiro Campagnoli.....
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Luis Felipe Hakim Leal
 Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Márcio Herique de Souza Carboni.....
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Mariana Caze de Souza
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Mônica Maximo da Silva.....
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Nina Brusamolin Feijo
 Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Rubens Victor Schwabe Irumé
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Vanessa Bassani Tebcherani
 Acadêmico de Direito Nikolas Blosseld de Quadros
 Acadêmico de Geografia João Miguel Alves Moreira.....

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

CONTATO

Secretário da Administração

Zenon Berto Borges



APRESENTAÇÃO



Em meio a significativas transformações do processo brasileiro de planejamento urbano e municipal, destaca-se a aprovação da Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (**Estatuto da Cidade** – BRASIL, 2001), discutida no plenário federal por quase vinte anos. Além da evidente regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), relativos à Política Urbana, este dispositivo legal proporciona maior suporte para o tratamento de questões vinculadas à gestão democrática, à função social da cidade e da propriedade, à regularização fundiária e à indução e financiamento do desenvolvimento.

Seu Artigo 40 prescreve que o **plano diretor**, englobando o território do município como um todo e aprovado por lei municipal, a ser revista pelo menos a cada 10 anos, representa o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, como parte integrante do processo de planejamento municipal.

Por sua vez, o Artigo 41 determina a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, sob intenção de utilização dos instrumentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 182 da Constituição Federal, componentes de regiões de especial interesse turístico e inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativos impactos ambientais de âmbito regional ou nacional (Incisos I a V).

A duplicação da rodovia BR-101 se enquadra nesta última condição, sendo os recursos técnicos e financeiros para a elaboração dos planos diretores dos municípios impactados pelo empreendimento, por força do Parágrafo 1º do Inciso V, inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

Com base nesses pressupostos, o presente documento consiste na apresentação do **produto da Fase 2 – Análise, Diagnose e Prognose**, relativa ao processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Paulo Lopes, objeto de contrato firmado, em 28 de agosto de 2008, com ordem de serviço emitida em 22 de setembro do mesmo ano, entre a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e o Consórcio Hardt-Engemin. Os procedimentos visam à execução do planejamento macro (faixa lindeira à rodovia) e à elaboração de planos diretores nos municípios de Santa Catarina impactados pela obra de duplicação da rodovia BR-101, no trecho compreendido entre Biguaçu e Passo de Torres.

O processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Paulo Lopes engloba seis **fases**, estruturadas segundo as condições estabelecidas pelo Termo de Referência desenvolvido para o trabalho (CODESC, 2007), em que estão relacionados os aspectos metodológicos e processuais de planejamento, visando a resultados apropriados para implantação de adequada estratégia de desenvolvimento municipal e regional.

Resultante da análise do **levantamento de informações** (Fase 1) e levando em conta a amplitude de subsídios provenientes das leituras comunitárias e técnicas do município, o presente produto aborda os diversos fatores para embasamento das futuras propostas de desenvolvimento municipal, a partir da subdivisão dos seguintes aspectos e condições: regionais, de uso e ocupação do solo, físico-naturais, socioeconômicos, de infraestrutura e serviços públicos, de infraestrutura social e institucionais.

Face ao anteriormente exposto, o objetivo precípua deste documento consiste em apresentar à população, como material para consulta e de forma resumida e simplificada, as principais **condicionantes, deficiências e potencialidades** (CDPs) levantadas até o momento pelas equipes técnicas e pelas comunidades envolvidas.

A título de esclarecimento, vale mencionar que as principais informações apresentadas na fase anterior são inter-relacionadas com base em **análise** temática integrada, consubstanciando o **diagnóstico** (situação atual) e o **prognóstico** (tendências futuras) acerca dos diversos aspectos inerentes ao município, sendo classificadas em:

- condicionantes – caracterizadas por elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados;
- deficiências – configuradas por circunstâncias ou elementos que, de alguma forma, são deletérios à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento municipal, devendo, portanto, ser adotadas ações para sua prevenção, correção ou minimização;
- potencialidades – definidas como situações desejáveis, sujeitas à manutenção e valorização das suas características, de forma a propiciar o melhor aproveitamento de suas qualidades.

[Placeholder for Table of Contents entries]

SUMÁRIO

[Placeholder for Table of Contents entries]

LISTA DE FIGURAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	3
LISTA DE QUADROS.....	3

QUADRO REGIONAL

1	INSERÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO.....	5
1.1	ASPECTOS FÍSICOS-ESPACIAIS.....	5
1.2	EQUIPAMENTOS DO ESPAÇO.....	5
1.3	POPULAÇÃO E ECONOMIA.....	6

QUADRO MUNICIPAL

2	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL.....	9
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS.....	9
2.2	USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO URBANO E RURAL.....	9
3	CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS DO TERRITÓRIO URBANO E RURAL.....	12
3.1	HIDROGRAFIA.....	12
3.2	FEIÇÕES LITORÂNEAS.....	13
3.3	GEOMORFOLOGIA GEOLOGIA.....	14
3.4	SOLO E COBERTURA VEGETAL.....	15
3.5	CLIMA E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS.....	16
3.6	ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL.....	17
4	CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO URBANO E RURAL.....	21
4.1	EMPREGO E RENDA.....	21
4.2	BASE ECONÔMICA.....	22
5	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E RURAIS.....	24

5.1	CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA.....	24
5.2	SANEAMENTO BÁSICO	25
5.3	ENERGIA	25
5.4	COMUNICAÇÕES	26
5.5	SEGURANÇA PÚBLICA	26
5.6	ABASTECIMENTO ALIMENTAR	27
5.7	HABITAÇÃO.....	27
5.8	EDUCAÇÃO.....	27
5.9	SAÚDE	27
5.10	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	28
5.11	CULTURA ESPORTE E LAZER	28
6	CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS	33
6.1	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.....	33
6.2	INSTRUMENTOS LEGAIS/TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS.....	33
6.3	PLANEJAMENTO	35
6.4	ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	35
	REFERÊNCIAS	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	CARTOGRAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LAGUNA POR MUNICÍPIOS	6
Figura 2:	EVOLUÇÃO POPULACIONAL – BRASIL / SANTA CATARINA / FLORIANÓPOLIS	7
Figura 3:	EVOLUÇÃO POPULACIONAL – PALHOÇA / PAULO LOPES	7
Figura 4:	EVOLUÇÃO POPULACIONAL – MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	8
Figura 5:	FOTO DA VISTA DA ÁREA URBANIZADA DE PAULO LOPES	10
Figura 6:	FEIÇÕES LITORÂNEAS DE PAULO LOPES	13
Figura 7:	IMAGEM DE SATÉLITE COM IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES	24
Figura 8:	FOTO DO POSTO DA POLÍCIA MILITAR	26
Figura 9:	FOTO DO POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	DADOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES	10
Tabela 2:	INDICADORES DE EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES – EM 2002	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS REGIONAIS	8
Quadro 2:	PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES DE USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	11
Quadro 3:	PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS	18
Quadro 4:	PRINCIPAIS COEFICIENTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES	22
Quadro 5:	PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	29
Quadro 6:	PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS	36



ANÁLISE, DIAGNOSE E PROGNOSE



QUADRO REGIONAL

1 INSERÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO

As condições regionais no planejamento são essenciais para o desenvolvimento das cidades. O município de Paulo Lopes se relaciona com os municípios próximos servidos pela rodovia BR-101, que se estendem no sentido norte/ sul, principalmente com os Municípios de Palhoça ao norte e Garopaba e Imbituba ao sul.

Com o inter-relacionamento espacial das informações pesquisadas dos diversos níveis setoriais se atinge um conhecimento maior sobre a distribuição ou concentração das condicionantes, deficiências e potencialidades (CDPs) nas diversas áreas do espaço municipal e urbano. E para a análises das CDPs foram subdivididos em aspectos regionais, uso e ocupação do solo, físico-espacial, socioeconômico, infraestrutura e serviços, infraestrutura social e institucional.

1.1 ASPECTOS FÍSICOS-ESPACIAIS

O Plano Diretor deve conter todas as competências constitucionalmente delegadas ao município. Ao avaliá-las, percebe-se a predominância dos aspectos físico-espaciais, os quais conseqüentemente tendem a preponderar o plano.

No Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Municipal é um dos instrumentos do planejamento municipal que trata das questões físico-espaciais com base nos enfoques técnicos e político de um processo de planejamento e analisando as condições regionais.

A análise dos aspectos físico-espaciais de Paulo Lopes, relacionado aos municípios vizinhos de maior influência, é de fundamental importância para a compreensão de uma série de fenômenos urbanos que são afetados pelo suporte físico do sítio urbano.

1.2 EQUIPAMENTOS DO ESPAÇO

Paulo Lopes sofre intensa influência de Florianópolis e dos demais municípios da Regional de Florianópolis, principalmente os localizados ao sul, como Palhoça e São José. Porém, na divisão estadual, o município se encontra na Regional de Laguna (Figura 1), que é formada também pelos municípios de Imbituba, Garopaba, Imarui e Laguna.



Figura 1: CARTOGRAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LAGUNA POR MUNICÍPIOS

Fonte:

<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/laguna.htm>, acessado em 27 de outubro de 2009.

O município ainda é apoiado pela Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (GRANDFLOPIS) e compõe a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM).

1.3 POPULAÇÃO E ECONOMIA

Paulo Lopes possui uma população de 6.830 habitantes (contagem populacional de 2007, IBGE), e a taxa anual de crescimento do município era de 0,7% em 2000, sendo que a população do Estado crescia a uma taxa de 1,8% ao ano e o Brasil 1,6%.

Transbordo populacional é o crescimento quantitativo do número de habitantes de um município em função do crescimento populacional de um município vizinho. Esse movimento ocorre do núcleo metropolitano para os municípios satélites, por diversos motivos, entre eles, o aumento da densidade populacional e da especulação imobiliária.

Nesse contexto, ao analisar a movimentação da população dos municípios da “Grande Florianópolis”, baseada nos dados censitários e nas estimativas do IBGE, são apresentados os seguintes gráficos de evolução populacional para os municípios de Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes.



Figura 2: EVOLUÇÃO POPULACIONAL – BRASIL / SANTA CATARINA / FLORIANÓPOLIS

Fonte:

<http://www.ibge.gov.br/cidades>, acessado em 13 de novembro de 2009.

Destaca-se, no gráfico de Florianópolis, o gradiente crescente expressivo, acima da média nacional e estadual, entre os anos de 1996 e 2000. Um dos fatores para tal crescimento foi a duplicação da BR-101.



Figura 3: EVOLUÇÃO POPULACIONAL – PALHOÇA / PAULO LOPES

Fonte:

<http://www.ibge.gov.br/cidades>, acessado em 13 de novembro de 2009.

No gráfico de Palhoça e Paulo Lopes, percebe-se que os fatores de movimentação populacional incidiram com gradientes e tendências similares, apresentando o transbordo populacional.

Assim, considerando que o Plano Diretor do município de Florianópolis está em revisão e que já foram elaboradas estimativas para seu crescimento populacional (ver tabela 1.3-1), é previsto um transbordo populacional desse município, sendo que parte desse transbordo atingirá Paulo Lopes.

FLORIANÓPOLIS, POPULAÇÃO FLUTUANTE E RESIDENTE POR DISTRITO, 2005-2030				
Distrito	2005	2010	2020	2030
Sede Centro	188 999	221 207	291 706	348 441
Sede Continente	108 483	111 255	124 579	145 404
Barra da Lagoa	13 972	16 591	21 562	26 696
Cachoeira do Bom Jesus	66 713	81 960	103 780	123 828
Campeche	35 201	44 831	64 289	82 012
Canasvieiras	102 610	127 925	168 485	212 748
Inglêses	80 650	104 827	142 074	178 960
Lagoa da Conceição	27 718	35 017	47 171	59 499
Pântano do Sul	10 250	11 964	14 589	16 926
Ratones	4 711	5 826	8 436	10 614
Ribeirão da Ilha	32 347	34 816	38 558	42 445
Rio Vermelho	14 516	19 932	30 347	41 743
Santo Antônio de Lisboa	8 015	9 109	11 484	13 801
Total	694 185	825 262	1 067 057	1 303 118

Figura 4: EVOLUÇÃO POPULACIONAL – MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Fonte:

Governo do Estado, “Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis e Região”

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS	83% do território do Município em Unidades de Conservação Ambiental (PEST e APA) ou em APP	conjunto de paisagens naturais (montanhas, saltos, lagoa e praia)	empecilho ao crescimento econômico do município
	município seccionado pela BR 101 (futuramente por uma Rodovia)	centralidade geográfica entre os portos de Imbituba e Itajai/Navegantes	mobilidade e estrutura viária concentrada na BR101
	região montanhosa	beleza cênica	espalhamento populacional
EQUIPAMENTOS DO ESPAÇO	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna (SDR)	descentralização do poder	
	Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (GRANDFLOPIS)		conflitos territoriais dos municípios já consolidados
POPULAÇÃO E ECONOMIA	tendência de alto gradiente de expansão urbana	potencial turístico	capacidade de geração de empregos
		potencial para Empreendimentos Imobiliários	

Quadro 1: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS REGIONAIS

Fonte: CONSORCIO HARDT-ENGEMIN, 2008



QUADRO MUNICIPAL



2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL

O conhecimento do uso e ocupação do solo do município é fundamental para a vida urbana, por normatizar as construções e definir o que pode ser feito em cada terreno particular, interferindo na forma da cidade e também em sua economia.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Com a chegada das famílias açorianas a Santa Catarina, no século XVIII, deu-se início à colonização da região de Paulo Lopes. A mão-de-obra utilizada na lavoura e nos engenhos de farinha de mandioca era a escrava. Na época da colonização, as terras foram divididas em sesmarias e, mais tarde, em latifúndios. Coube ao município uma área de 447,1km². O nome da cidade é uma homenagem ao coronel da força militar portuguesa, Paulo Lopes Falcão. Com a ajuda de índios carijós da região e, mais tarde, com escravos africanos, o coronel cultivou as terras.

Paulo Lopes chegou a distrito em 8 de abril de 1890, quando o governador Lauro Severiano Muller, criou a freguesia de Paulo Lopes. Em 1892, instalou-se o primeiro Cartório de Paz. Apesar de ter sido registrado com este nome, por força da quantidade de olarias, a localidade foi chamada de Olaria por muitos anos.

O município foi criado em 21 de dezembro de 1961, pela Lei nº 804, por desmembramento de Palhoça. Instalação do município se deu em 30 de dezembro de 1961.

2.2 USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO URBANO E RURAL

Este item sintetiza aspectos relacionados ao uso e ocupação do solo (urbano e rural) a partir da avaliação da evolução da ocupação e da caracterização das tipologias de uso e seus rebatimentos territoriais. Também são analisadas questões relativas a ocupações irregulares e habitacionais.

O uso e a ocupação do solo urbano e rural do município de Paulo Lopes não atendem nenhum tipo de legislação municipal, havendo inclusive dificuldade na demarcação do que é área urbana ou rural. O município possui diversos núcleos urbanizados espalhados, na maior parte, ao longo da BR-101. O uso do solo se apresenta bastante fragmentado, havendo predomínio massivo do uso residencial, com comércio e serviços nas principais ruas. O uso industrial ainda é pouco explorado, apesar de haver três zonas industriais definidas por legislação municipal.

O perímetro urbano está composto por uma série de leis municipais (Lei nº 1044 de 17/08/2004, Lei nº 1066 de 30/11/2004; Lei nº 1178 de 15/09/2006; Lei nº 1171 de

22/08/2006; Lei nº 1215 de 29/05/2007) que se complementam e alteram, deixando clara a política local de ampliação da área urbana de acordo com a necessidade percebida.



Figura 5: FOTO DA VISTA DA ÁREA URBANIZADA DE PAULO LOPES

Fonte: CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

Segundo o censo agropecuário do IBGE (2006), no município de Paulo Lopes há 384 estabelecimentos agropecuários, o que corresponde a 5.362 hectares do município. Desses, 63 possuem lavouras permanentes (2.093 ha) e 161, lavouras temporárias (103,9 ha); 292 estabelecimentos possuem pastagens naturais (2.592 ha) e 160 apresentam uma área de matas e florestas que corresponde a 577,3 hectares (Tabela 1).

Tabela 1: DADOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Estabelecimentos agropecuários	Número	Área
Estabelecimentos agropecuários	384	5.362,3 hectares
Com lavoura permanente	63	2.093,0 hectares
Com lavoura temporária	161	103,9 hectares
Com pastagens naturais	292	2.592 hectares
Com área de matas e florestas	160	577,3 hectares

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASPECTOS HISTÓRICOS	origem açoriana		há poucas atividades culturais e de resgate cultural do município
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	relevo acidentado	potencial para urbanização nucleada em função das restrições físico-naturais	controle e fiscalização para evitar a ocupação em áreas de risco (declividades) e de áreas de preservação permanente.
	grandes áreas passíveis de inundação		poucos sistemas de drenagem
INTERESSE E PROTEÇÃO ESPECIAL	área quilombola	resgate cultural atrelado à área quilombola	população quilombola em processo de exclusão social no município.

Quadro 2: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES DE USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Fonte: CONSORCIO HARDT-ENGEMIN, 2008

3 CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS DO TERRITÓRIO URBANO E RURAL

O tópico Condições Físico-naturais do Território Urbano e Rural compreende informações sobre Recursos Hídricos, Feições Litorâneas, Geomorfologia, Geologia e Recursos Minerais, Solos, Clima e Condições Meteorológicas, Cobertura Vegetal, Áreas de Proteção Especial e Zonas de Reserva Ambiental, informações primordiais para a análise do território municipal.

3.1 HIDROGRAFIA

A água é a substância mais abundante na superfície do planeta, participando dos seus processos modeladores pela dissolução de materiais terrestres e o transporte de partículas. Nos rios, a água é responsável pelo transporte de partículas, desde a forma iônica (em solução) até cascalhos e blocos, representando o meio mais eficiente de erosão da superfície terrestre (TEIXEIRA et al., 2000).

Cerca de 97,5% de toda a água na Terra são salgadas. Menos de 2,5% são doces e estão distribuídas entre as calotas polares (68,9%), os aquíferos (29,9%), rios e lagos (0,3%) e outros reservatórios (0,9%). Desta forma, apenas 1% da água doce é um recurso aproveitável pela humanidade, o que representa 0,007% de toda a água do planeta (TEIXEIRA et al., 2000).

Neste capítulo serão abordados temas como: microbacias hidrográficas, terrenos inundáveis, mananciais de água, pontos e fontes de poluição, bem como os principais usos dos recursos hídricos no município.

As principais bibliografias utilizadas para compor o capítulo referente aos Recursos Hídricos são listadas a seguir:

Cartas Topográficas na escala 1:25.000, elaboradas pela ENGEMAP, para a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento (SPG).

Cartas Topográficas na escala 1:50.000, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI/IBGE, 2004).

Mapa das Unidades Hidrográficas de Santa Catarina, elaborado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A (EPAGRI), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS).

Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), desenvolvido pela Companhia de Recursos Minerais / Serviço Geológico do Brasil (CPRM). O SIAGAS apresenta mecanismos que facilitam a coleta, consistência e armazenamento de

dados hidrogeológicos, e sua difusão junto aos órgãos gestores e usuários de hidrogeologia (CPRM/SIAGAS, 2008).

SIGHIDRO desenvolvido pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). O SIGHIDRO contém o banco de dados das fontes hidrominerais do Brasil (DNPM/SIGHIDRO, 2008).

SIGMINE desenvolvido pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). O SIGMINE é o sistema de informações geográficas da mineração no Brasil (DNPM/SIGMINE, 2008).

3.2 FEIÇÕES LITORÂNEAS

As principais feições litorâneas encontradas no município de Paulo Lopes estão destacadas na Figura 6.



Figura 6: FEIÇÕES LITORÂNEAS DE PAULO LOPES

Fonte: MODIFICADO DE GOOGLE EARTH (2008)

Segundo Suguio (2003), praia corresponde à zona perimetral de um corpo aquoso (lago, mar ou oceano), dominada por ondas e composta de material granular inconsolidado, comumente arenoso (0,062 – 2 mm) ou mais raramente cascalho (2 a 60 mm), além de conter teores variáveis de biodetritos (fragmentos de conchas,

moluscos, etc.). Estende-se desde o nível de baixa-mar média (profundidade de interação das ondas com o substrato) para cima, até a linha de vegetação permanente (limite das ondas de tempestade) ou até onde haja mudança na fisiografia, como dunas costeiras e falésias marinhas.

Praias arenosas exibem formas mais ou menos arqueadas, em planta, e côncava rumo ao continente. Desenvolvem-se em trechos de costa com abundante suprimento arenoso como, por exemplo, nas adjacências de desembocaduras fluviais com predominância de ação de ondas.

O município apresenta uma única praia levemente côncava, cuja extensão total é de 7,2km, porém, destes apenas 6,0 km encontram-se em Paulo Lopes, pertencendo à porção norte da Praia de Gamboa ao Município de Garopaba. A única faixa utilizável da praia de Paulo Lopes é aquela a que se tem acesso pela Guarda do Embaú, Palhoça. O Ribeirão Grande faz a divisa entre os municípios e o banco de areia que forma na sua foz cria a praia utilizada pelos turistas.

3.3 GEOMORFOLOGIA GEOLOGIA

Para identificar as feições do relevo do município de Paulo Lopes foram consultadas bases bibliográficas de trabalhos científicos, bases topográficas na escala 1:50.000 (EPAGRI, 2008), análise em imagens SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) disponibilizadas pela Embrapa (2005) e uma leitura e identificação das unidades geomorfológicas através do mapa geomorfológico do Estado de Santa Catarina na escala 1:250000 do ano de 1986, sendo a única fonte encontrada para este levantamento, não detalhando muito o município.

A Geomorfologia pode ser definida como “a ciência que estuda a gênese e a evolução das formas de relevo sobre a superfície da Terra, onde estas formas são resultantes dos processos atuais e pretéritos ocorridos nos litotipos existentes” (CHRISTOFOLETTI, 1980). Os processos ou fatores que definem esta evolução podem ser exógenos ou modeladores (climas antigos e atuais, vegetação e solos) e endógenos ou formadores de relevo (tectônica e a geologia).

A dinâmica do relevo deve ser entendida para uma melhor adequação do homem no espaço em que habita e onde explora os recursos naturais, pois o que foi construído durante milhares de anos pode ser alterado facilmente pela sua ação, levando a uma modificação do meio natural que pode voltar-se para o próprio homem.

Segundo Jurandir Ross (2007),

“As unidades de paisagens se diferenciam pelo relevo, clima, cobertura vegetal, solos ou até mesmo pelo arranjo estrutural do tipo de litologia ou por apenas um desses componentes. Esses componentes são interdependentes, pois quando há variação na litologia, por exemplo, certamente observam-se diferenças na forma do relevo, na tipologia dos solos e até mesmo na composição florística da cobertura vegetal. Essa última interfere no clima ou pelo menos no microclima, na diferenciação da fauna e microorganismos, e assim sucessivamente para os demais componentes. Não se pode entender

gênese e a dinâmica das formas do relevo sem que se entenda os mecanismos motores de sua geração, sem que se perceba as diferentes interferências dos demais componentes em uma determinada Unidade da Paisagem.

...o homem, como ser social, interfere criando novas situações ao construir e reordenar os espaços físicos com a implantação de cidades, estradas, atividades agrícolas, retificação de canais fluviais, entre inúmeras outras." (pág. 11 e 12)

Desse modo, fica evidente a importância de entender a dinâmica das unidades de paisagens, onde as formas de relevo possuem grande importância, tornando-se necessário entender a aplicação dos conhecimentos geomorfológicos ao se implantar qualquer atividade antrópica de vulto na superfície terrestre.

O município de Paulo Lopes possui um relevo montanhoso na maior parte de seu território que contrastam com a Planície Costeira. Suas montanhas possuem elevações muito altas chegando a mais de 1000m com encostas íngremes e afloramentos rochosos visíveis, marcando a intensa dissecação que os morros sofreram durante os milhares de anos. As mudanças climáticas e alterações do nível do mar ocorridas durante o quaternário ajudaram a formar as planícies da região, sendo por acumulações fluviais, marinhas e coluviais. Conforme o mapa geomorfológico, o município está enquadrado no Domínio Morfoestrutural marcado pelos Embasamentos em Estilos Complexos e Depósitos Sedimentares. O primeiro corresponde à região das Serras do Leste Catarinense com sua Unidade Geomorfológica Serra do Tabuleiro e o segundo corresponde à região das Planícies Costeiras com a Unidade Geomorfológica das Planícies Litorâneas e Planície Colúvio-Aluvionar.

3.4 SOLO E COBERTURA VEGETAL

A análise da cobertura vegetal do município foi desenvolvida com base nas informações contidas no levantamento, sendo identificados e destacados os principais fatores que caracterizam cada tema ambiental estudado, o que resultou numa síntese do diagnóstico.

No levantamento da cobertura vegetal, foram reunidos diversos dados cartográficos e imagens do satélite SPOT-5 (2005), juntamente com dados bibliográficos e documentais, como por exemplo o relatório técnico do Projeto que embasou a Lei 14.661/2009, que instituiu o Mosaico de Unidades de Conservação Serra do Tabuleiro e Terras do Massiambu; que permitiram a análise do contexto regional e local. Este levantamento foi enriquecido com os reconhecimentos *in loco*, formando o diagnóstico da cobertura vegetal do Município de Paulo Lopes.

O Estado de Santa Catarina está totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica, abrangendo diversas formações florestais nativas e ecossistemas associados, cuja utilização e proteção estão regulamentadas pela Lei da Mata Atlântica (Lei Federal Nº 11.428/2006). Atualmente esse bioma está reduzido a apenas 8% da área

original, sendo considerado uma das regiões mais ricas e ameaçadas do planeta em termos de biodiversidade (MMA, 2000).

Dentre as formações que integram a Mata Atlântica, a Região Hidrográfica do Litoral Centro e Sul Catarinense do Estado de Santa Catarina apresentam parcelas de três regiões fitogeográficas: Floresta Tropical Atlântica (Floresta Ombrófila Densa), Floresta de Araucária e Faxinais (Floresta Ombrófila Mista) e a Vegetação Litorânea (Formação Pioneira) (KLEIN, 1978; VELOSO *et al.*, 1991).

Essas regiões fitogeográficas, por sua vez, podem ser caracterizadas a partir de sua composição bastante uniforme, sendo reconhecida pelos aspectos fitofisionômicos predominantes: Floresta Tropical do litoral e encosta centro-norte, Floresta Tropical do litoral e encosta centro-sul, Floresta de Faxinal da Serra Geral, Floresta Faxinal da Serra do Tabuleiro, Floresta Nebular dos Aparados da Serra Geral, Núcleos de Pinhas (Araucária), Campo de altitude, Campos com capões e a Vegetação Litorânea.

3.5 CLIMA E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

Durante a maior parte do ano, a região estudada está sob influência do anticiclone Semi-fixo do Atlântico Sul, que proporciona temperatura mais ou menos elevadas, e elevada umidade específica. Porém, devido a sua forte subsidência, o estado atmosférico provocado por essa massa de ar geralmente é de estabilidade. Os ventos sopram predominantemente de NE. Essa situação só é interrompida, na região, pela passagem de uma onda de baixa pressão vinda da Baixa do Chaco, ou de uma frente fria vinda do sul do continente.

Essas frentes formam-se das massas polares e em sua quase totalidade são marítimas e frias porque se originam na região sub-antártica de ambos os oceanos. Com sua baixa temperatura, possuem pequena quantidade de umidade.

Ocorrem ainda na região as chamadas "chuvas de verão", que chegam rápidas e se vão em menos de uma hora, geralmente provocando transtornos por causa de suas chuvas de forte concentração em curtos períodos de tempo, geralmente inferiores a 1 hora, mesmo que atingindo áreas menores. São o resultado do desenvolvimento vertical de células convectivas, que podem elevar-se até o topo da Troposfera, entre 9 km e 12 km de altura. Uma linha de instabilidade é formada por um rosário de células convectivas, algumas muito grandes, com diâmetros de até 20 km, e altura equivalente, e outras bem menores, que se enfileiram ao longo de uma linha, geralmente orientada no sentido S — N ou SW — NE.

Depois da passagem de uma linha de instabilidade, o céu volta a ficar claro. As chuvas das linhas de instabilidade se distinguem das precipitações das frentes frias precisamente pela sua intensidade e curta duração. As chuvas de frentes são mais moderadas e intermitentes, prolongam-se por dias e podem atingir áreas de muitas centenas de quilômetros de extensão.

3.6 ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL

Uma área de aproximadamente 27.000 ha do Município de Paulo Lopes está contida no Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras do Mosaico criado pela Lei nº 14.661, de 26 de março de 2009, que reavaliou e definiu os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST).

Desses, aproximadamente 24.600 ha permanecem como área de proteção integral no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; o restante está situado dentro da área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro e nas áreas de amortecimento e transição do Mosaico.

A Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro apresenta uma área total de, aproximadamente, 5.260 ha, da qual, cerca de 1.380 ha pertencem ao Município de Paulo Lopes.

Além destas Unidades de Conservação, ainda há, segundo FATMA (2004), a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Passarim, com uma área aproximada de 226,47 ha, de propriedade de Luciane Brandão Simonds e Christopher Simonds.

A RPPN do Passarim (Portaria do Ibama no. 21/04-N) abrange três afluentes do Rio da Penha. A área onde está constitui a Reserva, anteriormente foi utilizada para a extração de madeira e plantação de fumo, sendo que tais atividades foram abandonadas a mais de 10 anos, dando lugar a um processo de regeneração natural de suas florestas (RPPN CATARINENSE, 2008).

Sendo Santa Catarina um Estado que apresenta peculiaridades pelo seu clima, relevo, solo, pela sua área geográfica, estrutura fundiária, baseada na pequena propriedade rural, e, acima de tudo, pela capacidade produtiva que detém, necessitando utilizar, ao máximo, com bom senso e racionalidade, seus recursos naturais, foi promulgada a Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com intuito de adequar a legislação ambiental à realidade do Estado, em especial no tocante às restrições ambientais decorrentes dos espaços protegidos, entre elas, as Áreas de Preservação Permanente (SDS, 2009).

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA	uso do solo	PEST - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.	utilização de agrotóxicos.
	terrenos inundáveis	culturas que necessitam dos recursos hídricos em seu manejo.	áreas de alagamento junto a confluência do rio da Madre o rio da Lagoa e na região do rio Araçatuba.
	mananciais superficiais	nascentes preservadas no Pest.	A falta de rede de esgoto prejudica a qualidade dos recursos hídricos
		resolução CONAMA 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento.	Drenagens ocupadas com atividades agropastoril e ocupação urbana: rio da Cachoeira, rio das pacas, rio Cuiabá e diversos afluentes do rio da Madre.
		Portaria 0024, de 19 de setembro de 1979 enquadra os cursos d'água do estado de Santa Catarina.	
	mananciais subterrâneos	de maneira em geral a qualidade da água para consumo in natura não possui restrições, em função das propriedades físico-químicas e do tempo de residência das águas subterrâneas.	vulnerabilidade alta à poluição - recarga em coberturas inconsolidadas sobre aquíferos fraturados. (ex: terrenos situados as margens dos rios d'uma e ribeirão da Cova Feia.
		Resolução CONAMA 396 de 03 de abril de 2008, dispõe dentre outros do enquadramento das águas subterrâneas.	vulnerabilidade moderada à poluição - recarga / descarga em aquíferos fraturados com relevo acidentado em rochas graníticas.
		inexistência de estudos que caracterizem a vulnerabilidade dos aquíferos, bem como delimitem as áreas de proteção dos poços e nascentes existentes, o que leva ao risco de contaminação dos mananciais.	

(continua)

Quadro 3: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS

Fonte: CONSORCIO HARDT-ENGEMIN, 2008

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA	pontos e fontes de poluição		cemitérios: devem possuir estudos que caracterizem a geologia e a hidrogeologia local, em escala de detalhe, com vistas a manutenção da qualidade ambiental dos recursos hídricos.
			falta de saneamento básico municipal põe em risco e aumenta a vulnerabilidade à contaminação dos aquíferos.
	uso das águas	consumo humano, desedentação animal, irrigação, industrial.	falta de cadastro técnico dos poços com as informações referentes ao seu perfil construtivo, bem como os aspectos geológicos, hidrogeológicos e hidroquímicos, etc.
COBERTURA VEGETAL	vegetação remanescente (legislação ambiental: lei nº 14.675/2009 -código ambiental catarinense, lei nº 14.661/2009 lei nº 11.428 - lei da mata atlântica, lei CONAMA, nº 388/07)	76,2 % do território municipal apresenta remanescentes de floresta tropical atlântica, floresta de faxinais, entre outras	riscos de redução e fragmentação dos remanescentes devido a ampliação das fronteiras agrosilvipastoril e urbana
			perda da diversidade biológica
		1.7% do território municipal apresenta remanescentes de restinga	introdução de espécies exóticas (casuarina sp.) com capacidade de regeneração natural
			descaracterização da paisagem da restinga
	Área de Preservação Permanente (legislação ambiental: lei nº 14.675/2009 - Código Ambiental Catarinense)	APPs de difícil acesso ao homem, apresenta cobertura vegetal preservada	
grandes partes das APPs do município estão inseridas dentro do parque estadual da serra do tabuleiro		cultivo de eucalipto sobre APPs dentro do parque estadual da serra do tabuleiro	
		degradação das vegetações ciliares dos corpos de água (APP) que atravessam núcleos urbanos	

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
COBERTURA VEGETAL	Área de Preservação Permanente (legislação ambiental: lei nº 14.675/2009 - Código Ambiental Catarinense)		os rios do furadinho, das cachoeiras, das pacas, Cuiabá, Paulo Lopes são os principais cursos de água com a grande parte de suas APPs degradadas
ÁREAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E ZONAS DE RESERVA AMBIENTAL	Áreas protegidas (legislação ambiental: lei nº 14.675/2009 -código ambiental catarinense, lei nº 14.661/2009 lei nº 11.428 - lei da mata atlântica, lei CONAMA, nº 388/07)	parte costeira do município está inserida na APA da Baleia Franca	necessidade da conclusão e implementação do plano de manejo da APA
		RPPN Passarin	
		Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e APA do Entorno Costeiro (Mosaico)	ocupação irregular
			reflorestamento de eucalipto ocorreu dentro do parque estadual da serra do tabuleiro
	patrimônio cultural	existência de sítios arqueológicos	necessidade de conscientização da população e carência de políticas públicas para a proteção do patrimônio arqueológico
existência de manifestações populares tradicionais		carência de políticas públicas de incentivo e valorização ao patrimônio imaterial	

(conclusão)

4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO URBANO E RURAL

As condições socioeconômicas do território urbano e rural do município de Paulo Lopes serão apresentadas neste item com o objetivo de analisar as potencialidades e deficiências do município no que tange aspectos populacionais, emprego, renda e base econômica. A fim de obter os dados necessários foram feitas pesquisas bibliográficas e eletrônicas em instituições governamentais e administrativas oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Catarinenses (SEBRAE/ SC), entre outras; além de saídas de campo e visitas *in loco*.

4.1 EMPREGO E RENDA

A partir de dados do SEBRAE (2005) a atividade econômica que mais emprega no município é a de serviços. Em Paulo Lopes, para cada 10 postos de trabalho três eram ocupados por homens e sete por mulheres no ano de 2002. Na Tabela 2, são apresentados alguns dados referentes a indicadores de emprego no ano de 2002.

Tabela 2: INDICADORES DE EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES – EM 2002

GRANDES GRUPOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%RELATIVO
Extrativa Mineral	2	0	2	0,10%
Indústria de Transformação	112	33	145	6,20%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	28	6	34	1,40%
Construção Civil	0	0	0	0%
Comércio	102	23	125	5,30%
Serviços	419	1436	1855	78,90%
Administração Pública	79	99	178	7,60%
Agropecuária	11	1	12	0,50%

Fonte: SEBRAE (2005)

Constatou-se, a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 874 empregos formais no município em janeiro de 2008, alocados em 334 estabelecimentos. Em 2008 (janeiro – setembro) obteve um total de 306 admissões e 338 desligamentos de emprego, o que resulta numa variação relativa de – 3,6%.

4.2 BASE ECONÔMICA

A base da economia do Estado de Santa Catarina é o setor primário que, por meio do processo produtivo, gera a maior parte da sua renda, regula a oferta e a demanda de empregos. O desenvolvimento do Estado depende de uma agricultura moderna, ecologicamente equilibrada e rentável. São necessárias políticas que contemplem e valorizem as atividades e espécies agrícolas que estiverem integradas às características regionais, buscando a garantia de rentabilidade competitiva e estável.

O valor adicionado fiscal (VAF) do município cresceu 76,7% entre os anos de 2000 e 2003. Somente os 20 maiores VAFs representavam 95,6% de todos os valores. Quase 69% do valor adicionado fiscal do município concentravam-se praticamente em três atividades: transmissão de energia elétrica; comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores; fabricação de artefatos diversos de madeira - exceto móveis. Em 2003 o valor adicionado fiscal somente destas três atividades foi pouco mais de 5,5 milhões de reais. Num segundo grupo de atividades destaca-se: lanchonete, casas de chá, de sucos e similares (SEBRAE, 2005).

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
POPULAÇÃO	número de habitantes bem reduzido (6.830 hab)	maior controle das políticas públicas e percepção das deficiências do município	pouca atração de investimentos
	taxa de crescimento populacional baixa (0,7% ao ano)	maior qualidade de vida, menos violência	setor econômico pouco dinâmico e crescimento lento
	a porcentagem da população residente na zona rural (40%) alta	não ocorreu processo de urbanização desordenado	falta de incentivo para os produtores rurais
	transbordo populacional	potencial de crescimento rápido	capacidade de antecipação para planejamento visando ao ordenamento do crescimento populacional e suas interfaces com o poder executivo local
	movimento pendular entre os municípios vizinhos	bom indicador do grau de interação entre os municípios	pode apontar falta de emprego e escolas
EMPREGO E RENDA	o setor terciário é o que mais emprega no município - destaca-se serviços		

(continua)

Quadro 4: PRINCIPAIS COEFICIENTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Fonte: CONSÓRCIO HARDT ENGEMIN, 2008

(continuação do Quadro 4)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
EMPREGO E RENDA	decréscimo no número de admissões a partir de 2002		poucas oportunidades de emprego, principalmente p/ os jovens
EMPREGO E RENDA			baixos salários
			mão-de-obra pouco qualificada
	renda per capita baixa		pouco poder de compra
	transbordo populacional	potencial turístico e de empreendimentos Imobiliários, gerando renda e emprego	capacidade de antecipação para planejamento visando ao ordenamento do crescimento populacional e suas interfaces com o poder executivo local
	economia baseada principalmente no setor terciário	absorção de grande parte da mão de obra	
BASE ECONÔMICA	o setor primário corresponde à menor parcela do PIB	no entanto a agropecuária é um dos setores que mais emprega	necessidade de maior apoio e incentivo à atividade
			necessidade de maior apoio à implantação de agroindústrias
	BR 101	facilidade de escoamento da produção e de acessos	impacto negativo ao cortar o município
	as indústrias de transformação vem se destacando	geração de emprego e renda	falta de infraestrutura para micro, média e pequena empresas
		dinamizar a economia	ausência de um distrito industrial
		existência de mecanismos à implantação de empreendimentos do setor industrial como isenção de IPTU	pode gerar impactos ambientais negativos
	transbordo populacional	potencial turístico e de Empreendimentos Imobiliários, alterando a base da economia	capacidade de antecipação para planejamento visando aos incentivos para diversificação da economia local

(conclusão)

5 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E RURAIS

As informações utilizadas neste item, salvo aquelas com citação específica, foram obtidas da **Prefeitura Municipal de Paulo Lopes (PMPL)**, no dia 05 de novembro de 2008, em resposta parcial ao questionário LEVANTAMENTO DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, utilizado pelo Consórcio nas entrevistas.

5.1 CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

O município de Paulo Lopes possui poucas vias de circulação, sendo que o principal deslocamento entre as localidades se dá pela BR 101, visto que esta rodovia atravessa no sentido Norte/Sul todo o município.

As localidades se desenvolveram de forma espalhada, onde há pouco aparelhamento urbano, o que dificulta a interligação viária de qualidade.

Segue abaixo uma figura demonstrando principal sistema viário do município.



Figura 7: IMAGEM DE SATÉLITE COM IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Fonte: GOOGLE EARTH (2008)

Paulo Lopes tem duas estradas classificáveis como vicinais: a ligação com Bom Retiro, com extensão de 8,0km a Oeste, iniciando em frente ao Cemitério Municipal;

e a ligação com o Bairro Ribeirão e com a praia da Gamboa, em Garopaba, através da SC-434. Esta ligação inicia na Rua Tobias Raupp de Sá, que tem 200m com pavimentação de lajotas de concreto na saída da BR-101 e depois se torna estrada de chão, sem revestimento.

O transporte intermunicipal é realizado pela empresa PAULOTUR Transportes e Turismo Ltda (PAULOTUR).

Não existe transporte coletivo municipal e o transporte escolar é realizado pela Prefeitura que disponibiliza para tal serviço seis ônibus e três vans, sendo todos os veículos renovados.

5.2 SANEAMENTO BÁSICO

Não há um serviço público estruturado. Há carências no tratamento de esgoto e em drenagens de águas pluviais.

Até o mês de outubro de 2009, apesar de o convênio entre a Prefeitura Municipal haver sido firmado no ano de 1994, a CASAN operava apenas no Bairro Sorocaba com tratamento Simplificado (Cloro), o Sistema da Prefeitura Municipal atendia o Bairro Areias também com tratamento Simplificado; no Centro, no bairro Freitas e no Ribeirão a Prefeitura fornecia apenas água in natura e o restante do Município não é contemplado com tratamento de água.

A partir desse mês, a CASAN assumiu todo o abastecimento de água do município de Paulo Lopes, fornecendo água cloretada e fluoretada para o sistema já implantado. Há previsão de ampliação do abastecimento, mas ainda não há projetos executados.

O serviço de coleta de lixo é terceirizado para a empresa Proactiva Meio Ambiente Brasil (Proactiva). O destino final do lixo coletado é o aterro sanitário da Proactiva no km 179 da BR-101, em Biguaçu.

5.3 ENERGIA

A ANEEL delimitou as áreas de atuação da CELESC e da CERPALO. A Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes abastece quatro municípios: Paulo Lopes, parte de Garopaba (Gamboa), Imaruí (área rural) e Imbituba (norte de Imbituba).

A Energia que a Cooperativa fornece vem da própria Celesc, sendo que sua rede de distribuição atinge 550km.

5.4 COMUNICAÇÕES

Na telefonia fixa o Município de Paulo Lopes dispõe dos serviços da Brasil Telecom (Oi).

Segundo dados de setembro de 2008 disponíveis no site da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o Município tem 817 linhas habilitadas de telefone fixo.

O programa de universalização da telefonia fixa exige das concessionárias que funcionam em regime público, como a BrasilTelecom (Oi), que todas as localidades

Segundo dados obtidos na PMPL, as empresas de telefonia móvel que operam em Paulo Lopes são: TIM, Vivo, Claro e Brasil Telecom (Oi).

Segundo dados de setembro de 2008 disponíveis no site da ANATEL, o Município tem 52 telefones público funcionando. Nenhum deles possui adaptação para portadores de necessidades especiais.

Os jornais que circulam em Paulo Lopes são: Popular, Diário Catarinense e A Hora e são distribuídos para assinantes e vendidos também em mercados e panificadoras.

O Município possui uma agência localizada na Rua Santa Catarina, 126, no centro, e um posto de distribuição localizado no Bairro Penha.

5.5 SEGURANÇA PÚBLICA

A Delegacia da Polícia Militar está localizada na Rua José Pereira da Silva, no Centro, perto da Prefeitura (Figura 8).



Figura 8: FOTO DO POSTO DA POLÍCIA MILITAR



Figura 9: FOTO DO POSTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENADAS UTM: N=6.904.506 E=728.057 Fonte: CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

Fonte: CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

O Posto da polícia Rodoviária Federal está localizada na Rua Tobias Raupp de Sá (Figura 9).

5.6 ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Os mercados do Município são: Lojão do Henrique, Bona e Penha.

Não há feira livre em Paulo Lopes. infraestrutura social.

5.7 HABITAÇÃO

O município de Paulo Lopes conta com o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal especial na área de habitação (IBGE, 2005). Faz parte dos programas ou ações da área de habitação o cadastro ou levantamento de famílias em programas habitacionais e construção de unidades habitacionais na zona urbana e rural. Na gestão de 2005, segundo o IBGE (2005) foram emitidas licenças para implantação de novos loteamentos, licenças de construção e "habite-se" ou alvarás de habitação, apesar da falta de legislação específica acerca da regularização fundiária no município.

5.8 EDUCAÇÃO

O órgão gestor da educação no município de Paulo Lopes é a Secretaria Municipal de Educação, que faz parte da Administração Direta do município. Na gestão anterior (2005-2008) a secretaria era responsável além da educação pelas áreas de cultura e esporte. Na atual gestão (2009-2012), a secretaria é responsável apenas pela educação. As cinco principais medidas ou ações adotadas na última gestão (2005-2008) foram: diminuição da evasão escolar, capacitação de professores, regulamentação e valorização da carreira do magistério, melhorias ou implementação de programas de assistência escolar e melhoria do transporte dos alunos.

Paulo Lopes possui um sistema municipal de ensino próprio, e os instrumentos legais que contemplam a política municipal de ensino são: a Lei Orgânica Municipal, Lei do Orçamento Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual de investimentos (PPA). Há também alguns objetos regulamentados por instrumento legal como os projetos, programas e ações da educação municipal, o Conselho de Controle e Acompanhamento do FUNDEF, o Conselho de Alimentação Escolar e o Sistema Municipal de Ensino.

5.9 SAÚDE

O município de Paulo Lopes possui três unidades de saúde públicas municipais, que se localizam no centro (rua Santa Catarina), na localidade da Penha e na localidade do Ribeirão Grande. Segundo dados da Secretaria da Saúde e

Assistência Social, as unidades de saúde abrangem 100% do município, por conta também do Programa de Saúde da Família (PSF).

Segundo informações da secretaria de saúde e assistência social, a unidade de saúde do bairro Ribeirão é a que possui menor capacidade, atendendo cerca de 150 pessoas por mês (incluindo atendimento odontológico). A unidade de saúde do bairro Penha atende cerca de 800 pessoas por mês. A unidade do centro é a que possui maior capacidade, atende uma média de 2000 pessoas por mês, referente apenas a atendimento médico.

Segundo dados da Secretaria de Saúde e Assistência Social a oferta dos atendimentos básicos é maior que a demanda no município de Paulo Lopes. No entanto, há um déficit muito grande de médicos especialistas para atendimento nas unidades de saúde, pois maior parte dos médicos são clínicos gerais

5.10 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O órgão gestor da assistência social do município de Paulo Lopes é a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. A assistência social consta na lei orgânica municipal, bem como outros instrumentos legais a regulamentam no município, como: o Conselho Municipal, o Fundo Municipal, a Política Municipal de Assistência Social e o Plano Municipal de Assistência Social (IBGE, 2005).

O Conselho Municipal de Assistência Social é de caráter deliberativo e partidário. E não há representação da sociedade civil, sendo que sua composição é feita por representantes de entidades e organismos de assistência social.

Além deste conselho mencionado acima, há outros conselhos responsáveis pela assistência social do município de Paulo Lopes, como: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Educação.

5.11 CULTURA ESPORTE E LAZER

O órgão gestor da cultura do município de Paulo Lopes é a Secretaria do Turismo, Cultura e Meio Ambiente. De acordo com a composição do quadro pessoal, há apenas uma pessoa responsável pelo setor da cultura. E o município não possui política municipal de cultura, não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, e não está ciente da elaboração do Plano Nacional de Cultura (IBGE, 2006).

Não há nenhuma legislação municipal de fomento a cultura, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de preservação do Patrimônio ou similar, nem Fundo Municipal de Cultura. Pode-se observar na tabela a seguir o valor destinado à cultura durante o exercício de 2005. De acordo com os levantamentos de dados realizados e as visitas *in loco* pôde-se perceber a carência do município neste setor, refletindo em poucas opções de lazer e acesso à cultura.

		CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	SISTEMA RODOVIÁRIO	BR-101, SC-434 e SC-435.		transporte intermunicipal com somente 1 linha regular. poucas viagens da linha Paulo lopes-florianópolis. inexistência de transporte coletivo municipal. inexistência de terminal de passageiros. inexistência de vias exclusivas para ciclistas. calçadas irregulares, estreitas e muitas vezes inexistentes. falta de pavimentação na maioria das ruas.
SANEAMENTO BÁSICO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA			falta de água tratada para grande parte do município.
	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO			ausência de qualquer tipo de tratamento de esgoto.
	SISTEMA DE DRENAGEM			ausência de sistema de drenagem na maioria das vias do município.
	SISTEMA DE COLETA E DESTINO FINAL DO LIXO			inexistência de sistema de separação de lixo.
COMUNICAÇÃO	SISTEMA DE TELEFONIA			existência de apenas uma operadora de telefonia fixa. bairros santa rita e santa cruz não possuem telefones públicos.
	JORNAL, RÁDIO E TELEVISÃO			falta de locais de vendas de jornais.
	CORREIOS E TELÉGRAFOS			áreas rurais sem entrega domiciliar de correspondência.
SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS FUNERÁRIOS			
	SEGURANÇA PÚBLICA			inexistência de corpo de bombeiros.
	ABASTECIMENTO ALIMENTAR			inexistência de feiras livres.

(continua)

Quadro 5: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Fonte: CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN, 2008

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HABITAÇÃO	existência de conselho municipal de habitação	existência do fundo especial em habitação	
		cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais na zona urbana e rural	qualidade da habitação
		em 2005 foram emitidas licenças p/ implantação de novos loteamentos, licenças de construção e habite-se ou alvarás	ausência de legislação específica acerca da regularização fundiária
	89,3% dos domicílios são próprios já quitados		
		não possui favelas ou assemelhados	existência de loteamentos irregulares e clandestinos
EDUCAÇÃO	número reduzido de escolas no município por conta do número reduzido de habitantes	todas as escolas são públicas	necessidade de adequação da infraestrutura de algumas escolas
		distribuição das escolas de ensino fundamental entre a zona rural (3) e urbana (3)	existência de apenas uma escola de ensino médio no centro, zona urbana
		sistema municipal de ensino próprio	
		existência do conselho de controle e acompanhamento do FUNDEF	
		conselho de alimentação escolar	
		integrante de um consórcio intermunicipal de educação firmado com outros municípios	

(continua)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
EDUCAÇÃO		bastante investimento no ensino fundamental, infantil e educação especial	falta de investimento no ensino profissional e educação de jovens e adultos
		aumento do número de docentes entre 1999 e 2003	
			o tempo de permanência nas escolas é reduzido
		redução do percentual de analfabetismo entre 1991 e 2000	
SAÚDE		existência de 2 centros de saúde/ unidade básica e 2 consultórios isolados	ausência de clínica especializada e ambulatório de especialidade
		existência de 2 postos de saúde	ausência de farmácia isolada, hospital especializado, hospital geral e policlínica
		existência de unidade de apoio diagnose e terapia	carência na distribuição de medicamentos
			ausência de pronto socorro especializado e geral
			carência de unidade de vigilância sanitária
			inadequação de postos de saúde para atendimentos de emergência
			necessidade de mais profissionais da área da saúde
		aumento da esperança de vida ao nascer, de 71,4 em 1991 para 74,8 em 2000	altas taxas de mortalidade infantil
ASSISTÊNCIA SOCIAL		a assistência social consta na lei orgânica municipal, bem como outros instrumentos legais a regulamentam	
		Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente	
		Conselho Tutelar	
		Conselho Municipal de Saúde	

(continua)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASSISTÊNCIA SOCIAL		Conselho Municipal de Educação	
		convênio e/ou parcerias com órgãos/ entes públicos para desenvolver ações na área da assistência social	
CULTURA, ESPORTE E LAZER			município não possui política municipal de cultura e não aderiu ao sistema nacional de cultura
			carência de legislação municipal de fomento a cultura, conselho e fundo municipal de cultura
			poucas opções de lazer e acesso à cultura
			não dispõe de cursos de atualização profissional para as pessoas que atuam na área de cultura
		festivals de manifestação tradicional popular	carência de escola, oficina ou curso regular de formação em atividades típicas da cultura
		exposição de artes plásticas e teatro	políticas públicas e leis para proteção ao patrimônio histórico-cultural
		o poder público municipal financiou ou patrocinou publicações culturais, eventos e festas em 2006	
		existência de orquestra, banda e capoeira	
		principais atividades artesanais são aquelas feitas de fibras vegetais, o bordado e a culinária típica	
		participação da comunidade nas festividades locais	
		existência de produtos artesanais	
		o município dispõe de uma biblioteca pública	não existe nenhum museu
		existência de 4 ginásios poliesportivos	não existe nenhum teatro ou salas de espetáculo
			não existe cinema

(conclusão)

6 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

A caracterização do componente Institucional é realizada com base nos aspectos relativos a: Estrutura Administrativa, Instrumentos Legais, Instrumentos Tributários e Financeiros, Planejamento e Sistema de Acompanhamento e Controle, Organizações Comunitárias, Microrregião, região metropolitana, Aglomeração urbana e Secretaria de desenvolvimento regional.

6.1 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A Administração Municipal avalia-se Estrutura Administrativa, por intermédio das legislações pertinentes de criação e/ou re-organização, a fim de conhecer como está organizada a estrutura do Poder Executivo, tendo como objetivo o atendimento das demandas atuais e futuras, assim como dados referentes à área de Recursos Humanos.

6.2 INSTRUMENTOS LEGAIS/TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS

Quanto aos aspectos legais, para desenvolvimento deste diagnóstico, não foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal as leis, quer em meio físico ou digital, para que se pudesse realizar uma análise mais criteriosa do arcabouço legal do município para suas atividades institucionais.

Tão somente foram fornecidos pela Prefeitura os números das leis, e as respectivas datas de publicação, que passam a ser descritas abaixo.

Dentro desta base legislativa, pode-se destacar:

- Legislação de criação do município: A lei considerada como marco legal para criação do município de Paulo Lopes se deu pela Lei Estadual nº. 798 de 20 de dezembro de 1961.
- Lei Orgânica: existente e devidamente promulgada em 05 de abril de 1990, de acordo com os ditames traçados pela Constituição Federal e a Constituição do Estado de Santa Catarina.
- Legislação Tributária: Existente e de acordo com o estabelecido pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional.

A legislação tributária do município de Paulo Lopes tem sua base formada principalmente pelo Código Tributário Municipal, consubstanciado na Lei Municipal 956, de 17 de dezembro de 2002, e em várias leis esparsas que vieram a alterar o

referido Código, além de disciplinar mudanças a respeito dos impostos, taxas e contribuições de melhorias, tributos da competência dos municípios.

Não se teve informações por parte da Prefeitura se a referida lei que instituiu o código se trata de lei ordinária ou complementar.

- Legislação Financeira e Orçamentária: O município possui uma base legislativa financeira e orçamentária completa e plenamente em vigor, de acordo com o estabelecido pela Lei Ordinária Federal nº. 4.320/64, Lei das Finanças Públicas, e com a Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Federal nº. 101/2000).

A legislação financeira e orçamentária do município consiste nas seguintes leis:

- Plano Plurianual (PPA) 2006-2009, Lei Municipal 1.114 de 06 de setembro de 2005;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2008, Lei Municipal 1.244 de 30 de outubro de 2007; e
- Lei Orçamentária Anual (LOA) 2008, Lei Municipal 1.252 de 11 de dezembro de 2007.
- Legislação Urbanística: Considera-se como legislação urbanística aqueles instrumentos legais ligados a política urbana e necessários ao bom desenvolvimento dos aspectos institucionais do município.

Assim, pode-se destacar como legislação urbanística existente no município as seguintes leis:

- Lei que dispõe sobre o Perímetro Urbano. O perímetro urbano está composto por uma série de leis municipais (Lei nº 1044 de 17/08/2004, Lei nº 1066 de 30/11/2004; Lei nº 1178 de 15/09/2006; Lei nº 1171 de 22/08/2006; Lei nº 1215 de 29/05/2007) que se complementam e alteram;
- Lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo. É a Lei Municipal 1.205 de 08 de março de 2007; e
- O Código de Obras e Posturas é disciplinado pela Lei Municipal 629 de 21 de dezembro de 1993.

O município de Paulo Lopes não informou a não existência do Cadastro Imobiliário com as seguintes unidades registradas e atualizadas em dezembro de 2007. O que existe apenas é um cadastro de IPTU, que está sendo atualizado e aprimorado.

A partir de informações apresentadas no Edital nº 007/2007 – anexo 1 B / contextualização, o município neste item de Cadastro Imobiliário, informa que foi elaborado em 1994 e atualizado em 2001. Este tem abrangência de 100% da área urbana, sendo que na área rural utiliza-se o cadastro do INCRA. Segundo o Edital o Código Tributário tem a necessidade de atualização.

A Prefeitura possui um programa de incentivos para o contribuinte manter o pagamento de tributos em dia que é o desconto para pagamento em cota única. E, para aqueles que já têm débitos devidos, não existe nenhum programa de incentivo.

6.3 PLANEJAMENTO

Neste tema dos Instrumentos de Planejamento o município não apresentou legislações que tratassem desta temática, a exemplo da Lei da Estrutura Administrativa.

O Edital nº 07/2007, informa a necessidade de elaboração de Plano Diretor.

Aproximadamente 60,81% das receitas correntes do Município provêm das transferências constitucionais: Fundo de Participação dos Municípios – FPM e da Cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Desta forma, identifica-se que o município tem uma estrutura de financiamento de gastos públicos dependente das transferências constitucionais. Estas receitas (FPM e ICMS) têm evoluído a média de 18,1% a cada ano, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Os indicadores fiscais do Município são estáveis e adequados à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000). O índice da Dívida Consolidada - DC, com base no ano de 2007, encerrou com 3,6% de comprometimento da RCL e, calculando sobre a Dívida Consolidada Líquida-DCL, o comprometimento torna-se negativo, haja vista o saldo de disponibilidades líquidas existentes nos cofres municipais. O comprometimento da RCL com os gastos com pessoal e encargos está em 47,6%.

6.4 ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

A organização comunitária composta por atores representativos da sociedade local tem como objetivo a efetiva participação da população por intermédio de representações locais, neste sentido este item pode ser composto por Conselhos municipais, Associações e Organizações comunitárias, Fórum de Desenvolvimento Local, entre outros.

6.4.1 CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos municipais existentes no município são:

- Conselho Municipal da Política Urbana ou Desenvolvimento Urbano
- Conselho Municipal da Promoção do Desenvolvimento Econômico
- Conselho Municipal da Assistência Social
- Conselho Municipal da Cultura
- Conselho Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes
- Conselho Municipal da Educação
- Conselho Municipal do Emprego e Trabalho

- Conselho Municipal da Habitação
- Conselho Municipal do Meio Ambiente
- Conselho Municipal da Saúde
- Conselho Municipal do Transporte
- Conselho Municipal do Turismo.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	lei da estrutura administrativa		ausência da lei que trata da estrutura administrativa
	legislação municipal disciplinando as questões relacionadas a recursos humanos		ausência de legislação específica de recursos humanos: regime jurídico único e plano de cargos e salários
			ausência de avaliação de desempenho dos servidores e ausência de plano de capacitação dos servidores
INSTRUMENTOS LEGAIS/TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS	lei de responsabilidade fiscal - LRF	os indicadores fiscais do município são estáveis e adequados à LRF	
	impostos municipais	crescimento expressivo na arrecadação de impostos municipais principalmente no ISS, período de 2003 a 2007.	
PLANEJAMENTO E GESTÃO			ausência de reuniões regulares com os principais atores sociais que compõe a sociedade
			o município não possui site oficial
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	legislação federal relacionada aos conselhos municipais e estatuto da cidade		necessidade de capacitação dos conselheiros

Quadro 6: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Fonte: CONSÓRCIO HARDT ENGEMIN, 2008

Horizontal bars representing a table of contents, likely listing page numbers for various sections.

REFERÊNCIAS

Horizontal bar representing a table of contents entry.

REFERÊNCIAS

CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN. **Levantamento de Dados para Elaboração do Plano Diretor Municipal**. Pinhais, PR, 2008.

CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN. **Levantamento Fotográfico do Município de Palhoça**. Pinhais, PR, 2008.

DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-Estrutura, Estado de Santa Catarina. **Mapa Rodoviário, Março 2006**. Disponível em: <http://www.deinfra.sc.gov.br/servicos/mapa_rodoviario/>. Acesso em: 15 de Outubro de 2008.

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). **Tabela de Distâncias**. Disponível em: <<http://mapainterativo.ciasc.gov.br/tabeladistancias.php>>. Acessado em 06 de Dezembro de 2008.

MAPLINK – **Levantamento de Dados do Sistema Funerário**. Disponível em: <http://maplink.uol.com.br/v2/local/sc/palhoca/funerarias_e_cemiterios.html>. Acesso em: 03 de Dezembro de 2008.

PAULOTUR – **Transportes e Turismo Ltda**. Disponível em: <<http://www.paulotur.com.br/home/entrada.htm>>. Acessado em: 13 de Novembro de 2008.

JOTUR - **Auto-Ônibus Turismo Josefense Ltda**. Disponível em <http://www.jotur.com.br/exibir_horarios.php>. Acessado em: 13 de Novembro de 2008.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. **Levantamento de Dados do Sistema de Telefonia**. Disponível em: <www.anatel.gov.br> Acesso em: 26 de novembro de 2008.

SCGAS – Companhia de Gás de Santa Catarina. **Mapa de localização do gasoduto**. www.scgas.com.br Acesso em: 21 de Novembro de 2008.

GOOGLE EARTH. **Imagem Aérea de Palhoça**, 2008.

BRASIL. **Lei Ordinária Federal Nº. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. **Mapa Rodoviário de Santa Catarina, 2002**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/menu/rodovias/mapas>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2008.